

Comunicação e ativismo institucional na Amazônia: análise das coordenadorias de gênero e raça em Belém²

Communication and institutional activism in the Amazon: analysis of the
gender and race coordination offices in Belém

Comunicación y activismo institucional en la Amazonía: análisis de las
oficinas de coordinación de género y raza en Belém



Rayza Sarmiento

- Doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Coordena o Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade (GCODES/UFPA) e integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).
- E-mail: rayzasarmiento@gmail.com

² Este texto integra a pesquisa *Movimentos sociais e gênero no contexto paraense: ativismo político e interações socioestatais*, desenvolvido no Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade da Universidade Federal do Pará (GCODES-UFPA). O projeto foi apoiado por recursos e bolsas do Edital ProDoutor UFPA 2022 e Edital de Cooperação Internacional PACI UFPA 2023.



RESUMO

Este artigo analisa como a comunicação da Prefeitura de Belém evidencia as dinâmicas de ativismo institucional que ocorrem na gestão atual. A análise foca na comunicação pública das Coordenadorias da Mulher e Antirracista, que têm em seus quadros ativistas dos movimentos feminista e negro. O corpus empírico é composto por 87 notícias sobre os dois órgãos publicadas no portal da prefeitura (Agência Belém) durante o atual mandato, bem como por entrevistas com funcionários(as) das pastas supracitadas.

PALAVRAS-CHAVE: ATIVISMO INSTITUCIONAL • GÊNERO • RAÇA • COMUNICAÇÃO PÚBLICA.

ABSTRACT

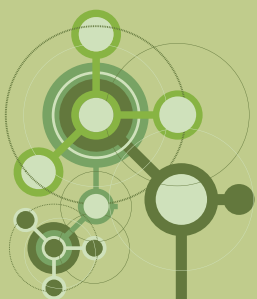
This study analyzes how the communication of the city hall in Belém highlights the dynamics of institutional activism in the current administration. The analysis focuses on the public communication of the Women's and Anti-Racist Coordinating Offices, which have activists from the feminist and lack movements on their staff. The empirical corpus consists of 87 news about the two agencies published on the city hall website (Agência Belém) in the current term, and interviews with employees of the departments.

KEYWORDS: INSTITUTIONAL ACTIVISM • GENDER • RACE • PUBLIC COMMUNICATION.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo la comunicación de la Municipalidad de Belém (Brasil) resalta las dinámicas de activismo institucional que ocurren en su actual administración. El análisis se centra en la comunicación pública de las Oficinas de Coordinación de Mujeres y Antirracista, que cuentan en su plantilla con activistas de los movimientos feminista y negro. El corpus empírico se compone de 87 noticias sobre los dos órganos publicadas en el portal de la municipalidad (Agência Belém) durante el actual mandato, además de entrevistas con empleados de los departamentos.

PALABRAS CLAVE: ACTIVISMO INSTITUCIONAL • GÉNERO • RAZA • COMUNICACIÓN PÚBLICA.



INTRODUÇÃO

Este texto busca compreender como a comunicação organizacional da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), no Pará, evidencia dinâmicas de ativismo institucional que ocorrem na gestão pública durante o atual governo (2021-2024). A atuação de ativistas políticos(as) oriundos(as) de diferentes movimentos sociais no interior da burocracia estatal tem mobilizado uma série de estudos no cenário nacional contemporâneo. O conceito de *ativismo institucional* é usado para pensar as formas de ação de agentes identificados com causas coletivas no interior das instituições (Abers, 2021). Tal tipo de ativismo tem lógicas diferentes do que se processa no exterior das esferas estatais, que se apresenta mais a partir de políticas de confronto direto, perspectiva que marca fortemente os estudos sobre movimentos sociais e política. Para além de dinâmicas contenciosas, a ideia de uma interação socioestatal que se articula de forma interna às instituições, como na ocupação de cargos de confiança, permite compreender como pautas, em especial de promoção dos direitos humanos, são encampadas por esses atores quando falam e agem “de dentro” do Estado.

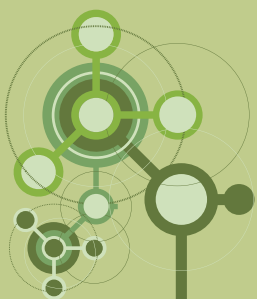
Essa inserção institucional de ativistas pode ser vislumbrada no Executivo municipal da capital paraense. Na gestão atual da prefeitura de Belém, o representante eleito em 2020, Edmilson Rodrigues, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nomeou para secretarias e coordenadorias municipais atores e atrizes políticas que têm histórico de ativismo no interior de movimentos sociais de diferentes segmentos. Neste trabalho, focaremos a análise na comunicação de duas coordenadorias específicas: a Coordenadoria da Mulher (Combel) e a Coordenadoria Antirracista (Coant), que têm (ou tinham) entre as suas titulares e integrantes da equipe ativistas dos movimentos feminista e negro, publicamente reconhecidos(as) por essas trajetórias.

O corpus empírico é composto por 87 notícias sobre as referidas coordenadorias publicadas no portal da prefeitura (Agência Belém) durante o primeiro ano de mandato (2021), bem como por entrevistas em profundidade com pessoas vinculadas às pastas supracitadas. Na primeira seção do trabalho, abordamos as definições de ativismo institucional com a discussão de comunicação pública e organizacional. Na segunda seção, apresentamos as escolhas metodológicas e análise do material empírico, seguidas dos apontamentos finais.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DINÂMICAS DE ATIVISMO INSTITUCIONAL

Interesse público e consolidação da cidadania foram ideias que nortearam a construção das discussões sobre comunicação pública no Brasil, particularmente na interface disciplinar da Comunicação e Política. A capacidade de fomentar o debate público e estimular a reflexão crítica estão entre os objetivos citados por Weber (2007) para compreender como a comunicação pública é parte fundamental das sociedades democráticas, e não propriedade de uma instituição específica ou diretamente subordinada a um marco legal. Os “modos de fazer” comunicação pública também não são estreitos ou limitados, e neles, conforme defende Weber (2007, p. 23), disputam “formulações díspares e ininterruptas de instituições e sujeitos políticos em torno de temas de interesse público, em busca de visibilidade e credibilidade que transitam entre o jornalismo, a propaganda, o entretenimento, eventos e relações públicas”.

Para além dos momentos eleitorais, a comunicação pública construída na rotina ordinária das instituições públicas, que integram os três poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como de seus agentes, merece observação detida pois desvela as formas como tais atores se apresentam institucionalmente, constroem seus públicos, relações de cooperação e dissenso com demais interlocutores. É dessa perspectiva que partilhamos neste texto, compreendendo a comunicação construída por instituições estatais não de forma transmissiva e linear. Nesse sentido, concordamos com Marques e Mafra (2018, p. 1) sobre a necessidade de “pensar a comunicação para além de uma ação tática e unilateral”.



Para os propósitos desta reflexão, focaremos especificamente na comunicação organizacional produzida por dois órgãos vinculados à administração do Executivo municipal de uma capital do Norte do Brasil. Nosso objetivo é entender como a comunicação construída *sobre e pelos* órgãos constroem sentidos sobre eles. Para isso, utilizamos como compreensão guia a definição de Baldissera (2009, p.119) sobre comunicação organizacional, que segundo ele seria o “processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais”.

A ideia de que a comunicação organizacional não opera em uma cena ou contexto consensual ou mecânico, mas sim atravessada por múltiplos e, por vezes, conflitantes fluxos discursivos é essencial para a superação de uma compreensão meramente estratégica da comunicação feita no seio das instituições. É impossível negar que a imagem que uma organização do Estado deseja construir é alimentada por hierarquias de poder, mas é necessário também apostar na negociação de sentidos sociais, possível a partir do momento em que processos ou produtos de comunicação se tornam visíveis e públicos. Para Deetz (2010 apud Marques; Mafra, 2018, p. 5), “a comunicação torna-se tanto um meio de manutenção de interesses dominantes quanto uma forma de fazer com que significados particulares emerjam da interação social e despontem como resistência”.

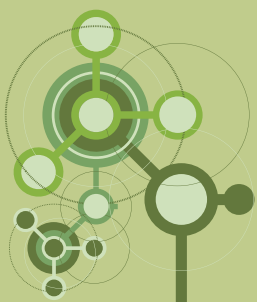
As instituições, defendem Baldissera e Mafra (2020), estão contemporaneamente atravessadas pelas disputas sociais, no que tange à experiência da diferença e da diversidade. Questões de justiça ambiental, racial, de gênero, deficiência, entre outras, tomaram (acertado) assento na forma como as instituições públicas e privadas edificam suas ações e impactam diretamente na comunicação que produzem. Em consonância com essa perspectiva, Marques e Oliveira (2015, p. 8) sustentam que “não se deve considerar apenas como a comunicação ocorre dentro da organização, mas principalmente como a organização emerge da comunicação”.

Baldissera (2009) constrói um importante marco teórico-metodológico para a compreensão mais nuançada da comunicação organizacional, distinguindo aquela que apresenta os objetivos mais diretos da instituição (ou o enquadramento mais estratégico para fazê-la visível) da comunicação que ocorre de forma mais informal, mas não menos importante. A primeira o autor nomeia “organização comunicada”, definida a partir “dos processos formais e, até, disciplinadores, da fala autorizada” (Baldissera, 2009, p.118). Já a segunda dimensão é a “organização comunicante”, que está além do planejamento feito anteriormente, como um “processo comunicacional que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelece relação com a organização [...] inclusive aqueles que irrompem sem que a organização tenha conhecimento” (Baldissera, 2009, p. 118)².

Essas duas faces da comunicação organizacional são especialmente úteis quando analisamos novos contextos comunicativos, como aqueles que emergem a partir das experiências de *ativismo institucional*. As duas palavras podem parecer conflitantes quando observadas em separado, dado que o ativismo sempre foi situado fora das instituições, especialmente a atuação de movimentos sociais (Abers, 2021; Pettinicchio, 2012).

A junção dos dois termos, no conceito que vem ganhando força nas Ciências Sociais e Aplicadas, diz sobre a “ação coletiva em prol de causas contenciosas quando realizada por atores em instituições”, sendo “com atores governamentais, com atores não governamentais ou ambos” (Abers, 2021, p.23). Pettinicchio (2012, p. 502) explica que os ativistas institucionais assumem, dentro do Estado, “causas externas”, enquadradas previamente pelos movimentos sociais; na mesma direção, Abers (2021, p. 19) define esse tipo de ativismo a partir da compreensão do uso de “rotinas institucionais para fins contestatórios”. No Brasil, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) assinalam como essas dinâmicas se tornaram mais frequentes a partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Executivo federal, em um “experimentalismo inédito”.

² Há também o que o autor denomina de “organização falada”, processos que fazem referência à organização mesmo que não se relacionem diretamente com ela.



Os estudos sobre ativismo institucional têm se preocupado em mostrar como tais atores têm acessos a recursos e influência que podem reconfigurar a formulação ou implementação de políticas públicas (Abers, 2021; Brandão, 2021). As pesquisas também pontuam a necessidade de superar a ideia de que a institucionalização ocasiona diretamente desmobilização. O grande exemplo de ativismo institucional na literatura em escala internacional advém do movimento feminista (Banaszak, 2010), com um processo de ocupação de cargos na burocracia, além da luta por mais representação eletiva (Abers; Tatagiba, 2015; Pettinicchio, 2012). As questões que orientam a compreensão do ativismo institucional se pautam ou pelas dinâmicas de sua ocorrência, observando, por exemplo, as trajetórias prévias ao Estado, ou efeitos dessa relação no interior das organizações. Zanolli (2019) também ressalta que essas interações não deixam de ser marcadas por conflitos. Rech e Silva (2016, p.382) discutem que esses ativistas podem também atuar para além do Estado³, restabelecendo as fronteiras, dado que, por possuírem

um conhecimento maior das oportunidades e dos limites da ação através de canais e repertórios institucionais, os ativistas institucionais podem identificar a necessidade de ações extra-institucionais como mecanismos necessários para ampliar aquelas oportunidades e confrontar aqueles limites.

Nossa discussão se volta a dois órgãos municipais da Prefeitura de Belém, cuja coordenação é ou esteve a cargo de atores políticos com relação prévia com movimentos sociais, em especial ligados às dimensões de gênero e raça. A Combel já existe há 14 anos e foi instituída por meio do Decreto n. 63.033, em março de 2010. A Coant também começou a funcionar por meio de decreto e teve sua lei de criação sancionada em 2023 (n. 9.969) (Sena, 2023). Ambas são formalmente denominadas de coordenadorias e estão diretamente vinculadas ao Gabinete do Prefeito. Embora tenham uma equipe específica, por não terem status de secretaria, não contam com orçamento próprio. Dessa forma, a Coant está diretamente vinculada à trajetória da gestão do PSOL no contexto atual da capital paraense (2021-2024)⁴. Já a Combel, criada na gestão de Duciomar Costa (do Partido Trabalhista Brasileiro [PTB], mandato de 2005 a 2012), contou também com ações durante os dois mandatos de Zenaldo Coutinho (Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB], mandato de 2013 a 2021), ambos mais à direita do espectro político. Na análise a seguir, procuramos compreender como é possível vislumbrar o ativismo institucional a partir da comunicação organizacional das coordenadorias

ANÁLISE DOCUMENTAL DE NOTÍCIAS: PÚBLICOS, LÉXICO E EVENTOS

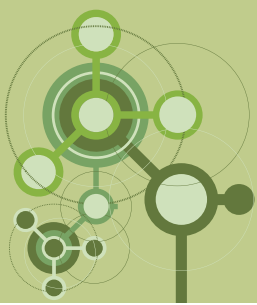
Para a análise a seguir, coletamos 96 notícias no site da Agência Belém⁵, portal oficial de comunicação do município, publicadas em 2021, primeiro ano de governo do atual prefeito, Edmilson Rodrigues (PSOL). A busca foi realizada usando as siglas das coordenadorias como palavras-chave, totalizando 49 resultados acerca da Combel e 47 sobre a Coant. Após a leitura total do material, concentramos a discussão em 87 casos, retirando aqueles repetidos, em que as duas coordenadorias eram citadas conjuntamente.

As notícias coletadas alimentam um banco de dados composto de elementos de identificação, tais como data, título e texto completo, e estão disponíveis mediante solicitação. Embora estejamos cientes da variedade e robustez de métodos para análise de mídia jornalística, neste trabalho buscamos entender as notícias produzidas pelas assessorias de comunicação como dados documentais.

3 Ainda que muito vinculado a movimentos de aprofundamento democrático, é também necessário pontuar que o ativismo institucional não é necessariamente progressista, podendo ser observado a partir da experiência de ativistas conservadores, pois, de acordo com Abers (2021, p. 44), "causas contenciosas podem ser conservadoras, envolvendo não somente a defesa da mudança, mas a crítica a mudanças em curso ou propostas que podem reorganizar as relações de poder na sociedade".

4 Edmilson Rodrigues já havia sido prefeito de Belém pelo PT, entre 1997 e 2004.

5 Disponível em: <https://agenciabelem.com.br>. Acesso em: 18 jan. 2024.



Documentos são, de acordo com Cellard (2008), textos escritos, registrados em papel, que podem ser de domínio público ou privado. May (2004) apresenta uma compreensão mais ampliada da natureza dos documentos, abarcando formatos distintos (imagens estáticas ou em movimento, por exemplo) e disponibilizados também por meio da internet. A pesquisa documental necessita, de acordo com autor, sempre localizar a fonte que será objeto de análise em um contexto social mais amplo, dado que “o que as pessoas decidem registrar é informado pelas decisões que, por sua vez, relacionam-se aos ambientes sociais, políticos e econômicos dos quais são parte” (May, 2004, p. 207). É necessário garantir ainda, segundo o autor, que a análise se concentre em documentos autênticos, cujas fontes possam ser recuperadas e por isso credíveis, e que sejam típicos ou representativos de um tema ou relação que se deseja entender. Yin (2016, p. 132-133) enfatiza como os documentos “podem ser úteis pela natureza dos detalhes que contêm”, chamando atenção em especial para “a grafia dos nomes, títulos, organizações, a fixação de datas específicas para os eventos e a linguagem específica usada nos lemas, slogans, declarações de objetivos e outras comunicações”.

Esse conjunto de notícias coletado, disponível em um portal online, é parte da própria construção da gestão municipal e se torna, assim, um registro de um determinado momento histórico para análise documental. Luz (2022) e Luz e Weber (2018) apontam como há uma necessidade premente, no âmbito dos governos e dos estudos acadêmicos, de observar a forma como se dá a preservação de arquivos oficiais de comunicação, sobretudo dos sites, como os de prefeitura. As autoras defendem que, para além de sistematizarem informações factuais necessárias à gestão e ao serviço público, são também partes da “memória política”. Para elas, é preciso observar a “potencialidade dos sites oficiais como lugares de memória dos governos e dos locais governados”, diante do armazenamento de “fotos, vídeos e documentos que falam das administrações públicas, da política e das transformações vivenciadas pelas cidades e seus moradores” (Luz e Weber, 2018, p. 18).

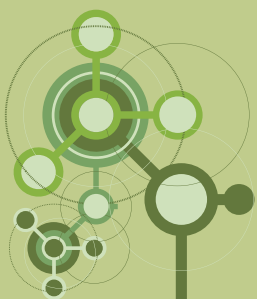
Partindo dessas premissas, o corpus foi analisado em uma perspectiva interpretativista, a partir da observação de três elementos: públicos, léxicos e eventos. A ideia das categorias, que emergiram da literatura de ativismo institucional, era perceber como a comunicação das coordenadorias se referem aos públicos com os quais o Estado tem contato, os termos dessa comunicação e os eventos ou acontecimentos que se tornam pauta. Seguimos também a trilha de Baldissera (2009), observando como oficialmente a organização comunicada se faz presente, com atenção para as relações que permeiam a organização comunicante.

Além das notícias, recuperamos também informações coletadas por meio de entrevistas com funcionárias das coordenadorias, bem como registros de campo realizados por observação da pesquisadora de atos e eventos citados⁶. Tais escolhas metodológicas buscam construir uma triangulação de evidências empíricas, preconizada por Yin (2016) como um dos critérios de credibilidade para as pesquisas qualitativas em Ciências Humanas e Sociais. De acordo com o autor, trata-se da necessidade de “determinar se dados de uma ou mais fontes convergem ou levam ao mesmo resultado” (Yin, 2016, p. 136.)

AS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E ATIVISMO INSTITUCIONAL EM BELÉM

Uma primeira evidência de ativismo institucional na comunicação dos órgãos pode ser observada pelos eventos que são cobertos por suas assessorias de comunicação e produzidos ou organizados pelas próprias coordenadorias. Os eventos se referem a celebrações referentes a diversas minorias políticas, bem como ressignificação de datas. No caso da Combel,

⁶ Os dados de entrevistas e observação participante em atos públicos foram coletados na pesquisa ampliada sobre a relação entre movimentos feministas e o Estado no contexto paraense. Foram entrevistadas, até o momento, 10 participantes de movimentos feministas, e foram acompanhados quatro atos públicos (tais como o do 8 de março) e reuniões frequentes.



além de cobertura jornalística, como a da conferência municipal de políticas públicas para as mulheres, do Dia Internacional da Mulher e do aniversário da lei de combate à violência contra a mulher, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, evidenciam-se notícias para explicar, por exemplo, o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Derivado desse dia, a coordenadoria realizou um conjunto de atividades no denominado “Julho das Pretas”. Marco do ativismo de mulheres negras, trata-se de uma data instituída em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da mobilização política realizada no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingo, capital da República Dominicana, com a construção de uma rede transnacional, que passou a identificar os entrecruzamentos entre racismo e sexismo na vivência das mulheres negras na região (Zambrano, 2017). No Brasil, desde 2014 foi instituído, por meio da Lei n.12.987, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, em deferência a uma líder quilombola que liderou lutas de resistência contra a escravidão no país.

No caso da Coant, destacamos os eventos relativos aos 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia do Racismo, a Jornada de Gratidão aos Povos Negros e o “Novembro da Consciência Negra: Belém da Nossa Gente”. A data ressignifica celebrações que se voltavam ao dia da Lei Áurea, de abolição da escravatura, bastante centrada na figura da Princesa Isabel.

Já em agosto, o Dia Internacional dos Povos Indígenas (9) foi celebrado com programação durante todo o mês, batizada de “Agosto Indígena na Mairi dos Povos”. De acordo com Neves (2022, p. 183), Mairi é uma palavra em Nheengatu para referir-se à cidade, “um enunciado construído historicamente nas fronteiras da colonização”. Belém, antes da colonização portuguesa, que estabelece seu marco fundacional em 1616, era habitada pelos indígenas tupinambás. É digno de nota que, em 2021, Marcia Kambeba foi nomeada para a Ouvidora Geral, “a primeira indígena a fazer parte do primeiro escalão de um governo na história de Belém” (Neto, 2021). Os eventos, por sua vez, evidenciam também os públicos com os quais as coordenadorias mantêm relação. Para além da capacitação de outras secretarias, como a de Educação e de Mobilidade Urbana, as notícias documentam reuniões com comunidades quilombolas e indígenas, líderes religiosos de matriz africana e movimentos sociais diversos.

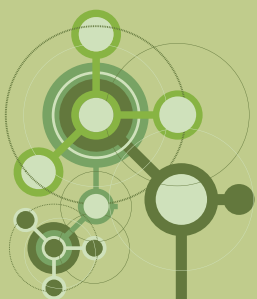
O léxico utilizado nas notícias também é um dos elementos que permite acionar analiticamente as noções de ativismo institucional. Nos textos, palavras e expressões do campo movimentalista de gênero e raça são mobilizadas, bem como é demonstrada a vinculação das coordenadorias com esses atores extrainstitucionais. A notícia do dia 10 de agosto de 2021 informa que

A programação do “Agosto Indígena na Mairi dos Povos” continua nesta terça-feira, 10, e será realizada no Horto Municipal, com feira de artesanato, exibição de filme e ação de saúde. De acordo com a servidora da Secretaria Municipal de Administração e uma das organizadoras do evento, Célia Maracajá, a programação durante todo o mês vai abrir *espaço para luta dos povos originários*. “É o reconhecimento da luta dos povos originários. É a união e parceria de *diversas secretarias e coordenadorias para festejar e lutar junto aos povos por justiça, soberania e contra o genocídio que afeta os povos indígenas*”, finalizou (Miranda, 2021, grifos nossos).

Essa relação mais próxima com os movimentos se expressou também na autodefinição presente na comunicação formal da secretaria sobre suas atividades. Ao definir o papel da Coant, sua titular a descreve como “canal de intermediação”.

A Coordenadoria Antirracista da PMB é um canal de intermediação entre a Prefeitura e as comunidades tradicionais. De acordo com Elza Fátima Rodrigues, as rodas de conversa propõem debates que visam garantir políticas públicas voltadas aos negros, indígenas, além de estimular as secretarias municipais a promoverem conteúdos e ações que garantam a afirmação da identidade cultural e acesso a serviços públicos de qualidade em vários segmentos sociais, educacionais e econômicos. (Amaral, 2021, grifos nossos)

Se as notícias são a face mais visível da *organização comunicada*, o contato mais próximo com pessoas ligadas diretamente aos órgãos, por meio das entrevistas em profundidade, revela que se trata apenas de uma expressão de um processo político mais amplo. A Entrevistada 1 informa que a própria criação da Coant esteve acompanhada da articulação direta



com o movimento negro. Ela relata que o prefeito recebeu três representantes de um centro de ativismo negro, uma das organizações mais antigas do Pará, para dialogar sobre a criação do órgão nos primeiros meses de mandato. A entrevistada relembra que foi cogitada uma nomenclatura para a coordenadoria referente a “promoção da igualdade racial”, mas que o movimento sinalizou que gostaria de algo mais enfático – “*queremos antirracista mesmo*”. A titular da pasta foi uma indicação direta do movimento negro e, à época da entrevista, a equipe pequena era composta de uma mulher quilombola, uma indígena, um advogado negro e uma mulher negra vinculada a um movimento de mulheres lésbicas. A Entrevistada 1 relata ainda que, no primeiro ano de funcionamento, todos os meses eram realizadas reuniões com o movimento e que a rotina institucional foi tornando essa prática mais difícil. Como ativista histórica do movimento negro no Pará, ela define sua experiência no estado como “*muito contraditória; às vezes, muito linda, mas muito dura também*”. Ela cita que tem “*lutado para não se afastar da base*”, pois “*corre o risco da gente acabar não expressando ação governamental desde a perspectiva do movimento, porque a própria máquina vai te absorvendo*”.

O caso da trajetória da Entrevistada 2, vinculada à época à Combela, é diferente e se vincula a uma ação mais contemporânea dos ativismos que nascem mais individualizados, como documentado em Sarmiento (2021). Ela relata que se entendeu como feminista a partir da dinâmica online, identificando-se como uma “*ciberativista*”. A partir de então, passou a integrar de forma mais ampla o campo movimentalista em Belém e chegou a ser candidata à prefeita de uma grande cidade na região metropolitana. Ela informa que a equipe na Combela era composta inicialmente apenas por mulheres negras e que se identificam explicitamente como feministas.

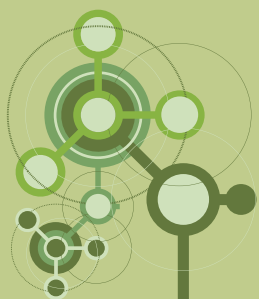
Como parte do Estado, a Entrevistada 2 afirma que um dos desafios encontrados pela coordenadoria se refere à ausência de recursos: “*A gente não tem orçamento nenhum, nós não ordenamos despesa, então a gente tem que fazer tudo na base da parceria e de convencer que é importante a política para as mulheres*”. Quando questionada sobre o cenário que foi encontrado ao assumirem a coordenadoria, após 16 anos de gestões mais à direita, a entrevistada informa que há um material documental muito reduzido das ações. Em nossa visita à sede da Combela, ela abriu armários e mostrou pastas com documentos sobre cursos de pintura, artesanato e chá de bebê solidário. Entre as poucas políticas municipais, ela cita a presença de uma ação específica de combate à violência, em parceria com o Poder Judiciário estadual, que entregava celulares às mulheres com medidas protetivas de urgência (Montenegro, 2016), que em caso de ameaça poderiam acionar por meio aparelho a Guarda Municipal. No entanto, informa que não há dados disponíveis para a avaliação, por parte do Executivo, do funcionamento do aplicativo.

A fim de observar evidências empíricas do relato da Entrevistada 2 sobre a gestão anterior da Combela, realizamos coleta similar no site da Agência Belém. As primeiras notícias sobre a Combela na página oficial da prefeitura de Belém iniciam em 2014, e até o final de 2020 foram encontradas 135 notícias, agrupadas em três temas específicos, são eles: oficinas de artesanato, doação/construção de enxoval e combate à violência⁷. No mesmo período, quando buscada, por exemplo, a expressão “mulheres negras”, só aparecem duas menções à exibição do filme “Estrelas Além do Tempo”. Não há registros sobre a secretaria na página oficial anteriores a 2014, apenas em um blog denominado “Voz da Mulher”⁸, que se apresenta como a página da informação da Combela, contudo com replicação de conteúdos noticiosos e feito de forma bastante artesanal. A página se manteve ativa entre 2010 e 2012, até o final da gestão Duciomar Costa.

Com a análise da comunicação organizacional de ambas as coordenadorias, e com entrevistas, podemos perceber que a relação do Estado com os movimentos sociais, em especial de gênero e raça, mostra-se mais próxima, como aponta a literatura, de uma gestão à esquerda. Os eventos públicos e expressões utilizadas são muito mais próximas do campo movimentalista e há um reconhecimento das próprias funcionárias da pasta sobre a relação de “*mediação*” com os atores da sociedade civil.

7 Ver Araújo (2019) e Quirino (2019).

8 Disponível em: <https://vozdamulherdebelem.blogspot.com>. Acesso em: 10 mar. 2024.



A organização comunicada por meio da cobertura formal dos eventos apresenta um rico material documental que mostra a proximidade das pautas de gênero e raça no interior do Estado. As dinâmicas da organização comunicante, por sua vez, podem ser visualizadas nas narrativas das integrantes das coordenadorias sobre seus desafios e dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou refletir sobre a relação entre ativismo institucional e comunicação organizacional a partir dos casos das Coordenadorias da Mulher e Antirracista da Prefeitura Municipal de Belém. Com base na análise documental de 87 notícias publicadas em 2021 no portal oficial do Executivo, durante o primeiro ano de mandato de Edmilson Rodrigues (PSOL), foi possível perceber como há um léxico feminista e antirracista instaurado na forma de apresentar as ações da administração pública no tangente a essas áreas. A presença de ativistas no interior das coordenadorias é uma realidade na gestão municipal, e a comunicação organizacional se tornou uma evidência documental dessa relação. A tipologia de Baldissera (2009) se mostra relevante por capturar como a dimensão formal, em sua face mais visível da comunicação organizacional – *comunicada* –, é atravessada por fluxos discursivos, que permitem apreender sua inserção em um contexto mais ampliado – *comunicante*.

Há uma pista importante dessa construção por meio da comunicação, mas também ficam evidentes enquadramentos diferentes de sujeitos e acontecimentos a partir do que é possível visualizar nos textos. A comunicação organizacional aqui é entendida menos como um retrato do ativismo institucional e mais como parte da sua própria estruturação, ao colaborar para reenquadrar atores e acontecimentos. Ao reconstruir comemorações públicas já normalizadas ou instituir outras datas em calendário oficial (como o 13 de maio ou o Julho das Pretas), bem como adicionar novos termos à visibilidade ampliada, a comunicação organizacional do governo também age na disputa de sentidos sociais sobre pautas legítimas de atenção pública. A relação entre ativismo institucional e processos comunicacionais pode ser um caminho analítico para compreender a inserção intrainstitucional de demandas e atores, sobretudo do campo de ampliação de direitos de minorias políticas.

Um passo futuro dessa discussão será entender, para além dos eventos públicos, a efetivação de políticas específicas para gênero e raça desenvolvidas ou acompanhadas pelas coordenadorias, a fim de buscar a incidência mais direta dos ativistas no âmbito das políticas públicas.

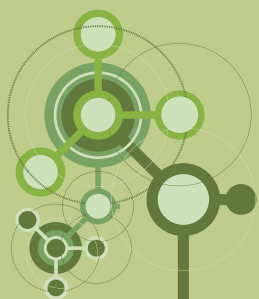
REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera. *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília, DF: Editora UnB, 2021.

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, p. 325-357, 2014. doi: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ABERS, Rebecca Neaera; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy. In: ROSSI, Federico M.; von BÜLOW, Marisa (orgs.). *Social Movement Dynamics: New Perspectives on Theory and Research from Latin America*. London: Ashgate, 2015. p. 73-101.

AMARAL, Selma. Quilombolas de Mosqueiro têm Roda de Conversa sobre políticas públicas de combate ao racismo. *Agência Belém*, 13 maio 2021. <https://agenciabelem.com.br/Noticia/219842/quilombolas-de-mosqueiro-tem-roda-de-conversa-sobre-politicas-publicas-de-combate-ao-racismo>. Acesso em: 10 mar. 2024.



ARAÚJO, Jamilyle. Combel realiza oficina de materiais recicláveis, conscientiza e empodera mulheres. *Agência Belém*, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/187423/combel-realiza-oficina-de-materiais-reciclaveis-conscientiza-e-empodera-mulheres#>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013>

BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan. Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional. In: FARIAS, Luiz Alberto de; LEMOS, Elso; REBECHI, Cláudia Nociolini (Orgs.). *Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas*. 1ed. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 271-289. v.1.

BANASZAK, Lee Ann. *The women's movement inside and outside the State*. New York: Cambridge University Press, 2010.

BRANDÃO, I. Efeito ricochete: trajetórias técnico-políticas e a criação de novos modelos de políticas públicas. In: ABERS, Rebecca Neaera (Org.). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília, DF: Editora UnB, 2021. p. 89-119.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUZ, Ana Javes. Preservação de sites oficiais. *Revista Brasileira de Preservação Digital*, v. 3, p. e022010, 2022. doi: <https://orcid.org/0000-0002-2400-2137>

LUZ, Ana Javes; WEBER, M. Helena. Comunicação governamental e memória política. In: BENETTI, Marcia; BALDISSERA, Rudimar (Orgs.). *Pesquisa e Perspectivas de Comunicação e Informação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 15-37.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan. A comunicação interna em contextos organizacionais e a criação de cenas de dissenso. *Comunicação pública*, v. 13, n. 25, 2018. doi: <https://doi.org/10.4000/cp.2940>

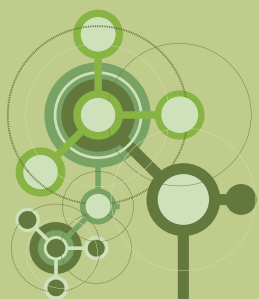
MARQUES, Ângela.; OLIVEIRA, Ivone. Configuração do campo da Comunicação Organizacional no Brasil: problematização, possibilidades e potencialidades. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1-15. v.1.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIRANDA, Victor. Cultura indígena e empreendedorismo marcam programação no Ver-o-Rio. *Agência Belém*, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/221093/cultura-indigena-e-empreendedorismo-marcam-programacao-no-ver-o-rio>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MONTENEGRO, Will. SOS Mulher atenderá vítimas de violência. *Tribunal de Justiça do Estado do Pará*, Belém, 11 abr. 2016. Disponível em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/154692-SOS-Mulher-atendera-vitimas-de-violencia.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NETO, João. Ouvidoria-Geral do Município de Belém recebe visita de indígenas. *Agência Belém*, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/218505/ouvidoria-geral-do-municipio-de-belem-recebe-visita-de-indigena>. Acesso em: 10 mar. 2024.



NEVES, Ivânia. Mairi, terra de Maíra: a ancestralidade indígena eclipsada em Belém. *Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som*, v. 7, n. 1, p. 178-205, 2022.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: Reconsidering the insider/outsider dichotomy. *Sociology Compass*, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2012.00465.x>

QUIRINO, Isabela. Prefeitura promove baby chá coletivo para mais de 100 gestantes. *Agência Belém*, 30 maio 2019. Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/197339/prefeitura-promove-baby-cha-coletivo-para-mais-de-100-gestantes>. Acesso em: 10 mar. 2024.

RECH, Carla Michele; SILVA, Marcelo Kunrath. Ativismo institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil. In: Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180412215504id_/https://seer.ufs.br/index.php/snsufs/article/viewFile/6053/5066. Acesso em: 10 mar. 2024.

SARMENTO, Rayza. Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 19-37, 2021. doi: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v7i1.20245>

SENA, Raimundo. Agora é lei: Câmara oficializa criação da Coordenadoria Antirracista de Belém. *Agência Belém*, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/238347/camara-cria-por-lei-a-coordenadoria-antirracismo-de-belem>. Acesso em: 10 mar. 2024.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. *Logos*, v. 14, n. 2, p. 21-42, 2007.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMBRANO, Catalina González. *Mulheres negras em movimento: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZANOLI, Vinícius. "Mais ativista do que gestora": ativismo institucional no campo do movimento LGBT em Campinas. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 495-517, 2019.

Artigo recebido em 29.04.2024 e aprovado em 05.08.2024